

## Entre mobilidades e imobilidades: a experiência cubana na era da pandemia e do ativismo digital

### Between mobility and immobility: The Cuban experience in the era of the pandemic and digital activism

\*Erika Andrea Bütkofer<sup>1</sup> 

#### Resumo

Este artigo examina as mobilidades e imobilidades da população cubana, com foco nos fluxos migratórios recentes para o Brasil (2013 até o presente), utilizando o conceito de *migração de crise* (McAdam, 2013). A metodologia combina análise bibliográfica e dados sobre migração cubana ao Brasil. O estudo analisa a política migratória cubana, destacando as estruturas de discriminação e a moralização desses fluxos. Aborda também como pontos de inflexão dessa “crise migratória” o papel das tecnologias digitais e das manifestações públicas na mobilização social cubana, especialmente durante a pandemia de COVID-19, que agravou as condições econômicas na ilha e impulsionou o maior êxodo da história do país. Por fim, discute a emergência do Brasil como um novo destino para migrantes cubanos, com um aumento expressivo nos pedidos de refúgio, explorando alguns fatores que influenciam essa escolha e suas implicações sociais e políticas.

**Palavras-chave:** migração cubana; migração de crise; política migratória cubana; manifestações de rua; ciberativismo.

#### Abstract

This article examines the mobility and immobility of the Cuban population, focusing on recent migratory flows to Brazil (2013 to the present) through the lens of the *crisis migration* concept (McAdam, 2013). The methodology combines bibliographic analysis and data on Cuban migration to Brazil. The study analyzes Cuban migration policy, highlighting structures of discrimination and the moralization of these flows. It also considers key turning points in this “migration crisis,” such as the role of digital technologies and public demonstrations in Cuban social mobilization, particularly during the COVID-19 pandemic, which worsened the island’s economic conditions and triggered the largest exodus in the country’s history. Finally, it discusses Brazil’s emergence as a new destination for Cuban migrants, with a significant increase in asylum requests, exploring some of the factors influencing this choice and its social and political implications.

**Keywords:** Cuban migration; crisis migration; Cuban migration policy; street protests; cyberactivism.

<sup>1</sup> Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PCHS/UFABC, São Bernardo do Campo, SP, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8321-6736>.

## Introdução<sup>2</sup>

As mobilidades e imobilidades da população cubana constituem fenômenos profundamente arraigados nas relações históricas e políticas entre Cuba, Estados Unidos e, mais recentemente, Brasil. Desde a Revolução Cubana de 1959, as hostis intervenções e influências estadunidenses, que incluem o embargo econômico (o mais longo da história moderna), tentativas de invasão e ações subversivas contra o regime, moldaram significativamente a trajetória socioeconômica e migratória de Cuba, resultando em fluxos contínuos de emigrantes em busca de melhores condições de vida e liberdade política.<sup>3</sup> Paralelamente, a política migratória cubana tem sido ajustada para responder às pressões internas e externas, influenciando tanto a percepção quanto o tratamento dispensado aos migrantes, dentro e fora da ilha.

Com base na noção de migração de crise desenvolvida por McAdam (2013) e nos dados que indicam o aumento desse fenômeno no Brasil, este artigo examina os fluxos migratórios cubanos da última década, especialmente durante e após a pandemia de COVID-19.<sup>4</sup> Consideramos as “crises” como elementos centrais para compreender essas dinâmicas, uma vez que contextos de instabilidade impactam as condições de vida e forçam deslocamentos. Esse conceito abarca tanto eventos súbitos quanto processos graduais de degradação ambiental, social, econômica e política, destacando a migração como um recurso de sobrevivência marcado pela incerteza, urgência e medo – esteja ele relacionado à repressão política, à incerteza econômica ou à violência institucional.

No caso cubano, a incerteza, a urgência e o medo, acumulados ao longo de décadas, desempenham um papel decisivo na intensificação dos deslocamentos. A chamada migração de crise, tal como utilizada nesta análise, já reconhece o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos como um dos fatores estruturantes desse fenômeno. No entanto, esta abordagem não se limita a essa variável. O estudo busca ampliar o escopo da discussão, examinando como outros elementos – políticos, sociais e subjetivos – também contribuem para a intensificação dos fluxos migratórios

<sup>2</sup> Agradeço aos pareceristas os valiosos comentários, sugestões e críticas, que contribuíram de modo significativo para a revisão e aprimoramento do texto.

<sup>3</sup> Para uma análise mais aprofundada do impacto do imperialismo americano sobre Cuba, recomenda-se a leitura de obras como *Cuba: A revolution in the world*, de Jonathan C. (Brown, 2017), *The economic war against Cuba*, de Salim Lamrani (2013) e *The Cuba wars: Fidel Castro, the United States, and the next Revolution*, de Daniel P. Erikson (2008), que abordam as consequências das políticas de intervenção dos Estados Unidos na ilha.

<sup>4</sup> O conceito de migração abrange os deslocamentos humanos por diferentes motivos, podendo ser voluntários ou forçados. A migração forçada refere-se a movimentos compulsórios motivados por perseguições, conflitos, desastres ambientais ou graves crises econômicas e sociais, nos quais os indivíduos não têm escolha a não ser deixar seus países de origem. O refúgio, por sua vez, é uma categoria jurídica específica, reconhecida pelo direito internacional, que se aplica a pessoas que fogem de perseguições por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opinião política, conforme a Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados. Na análise aqui proposta, a noção de migração de crise abrange tanto solicitantes de refúgio e refugiados quanto migrantes que, embora inicialmente possam ter ingressado no país por vias regulares, como trabalho ou estudo, acabam recorrendo a diferentes estratégias para aqui permanecer após o fim de seus contratos ou bolsas. Essa abordagem busca evidenciar a fluidez das categorias migratórias e as sobreposições entre elas, considerando que as experiências dos migrantes nem sempre se encaixam rigidamente nas definições institucionais.

cubanos, revelando uma dinâmica mais complexa do que a explicação exclusivamente econômica permitiria perceber. Para investigar essas dinâmicas, adotamos uma abordagem qualitativa, que combina análise documental, análise de dados secundários e entrevistas<sup>5</sup>.

Nos últimos anos, a ampliação do acesso às tecnologias digitais e o aumento das manifestações de rua têm redefinido as formas de mobilização social, tornando mais visíveis as demandas por mudanças políticas e ampliando os motivos que levam os cubanos a migrar. Ao mesmo tempo, as recentes reformas na política migratória cubana alteraram as possibilidades de saída e retorno ao país, modificando significativamente os padrões de deslocamento.

Neste estudo, abordamos a migração de crise a partir do ponto de origem, focando nos fatores estruturais que desencadeiam as mobilidades, em vez de privilegiar análises centradas nas sociedades receptoras. McAdam (2013) alerta para o risco de que Estados-nação instrumentalizem a ideia de crise para justificar medidas restritivas, comprometendo direitos e invisibilizando as demandas legítimas dos migrantes.<sup>6</sup> Além disso, associar a migração a um estado de crise pode reforçar estereótipos que enquadraram essas populações como ameaças ou inimigos potenciais, desviando o foco das condições estruturais que forçam sua saída (Moreira; Borba, 2021).

Outro aspecto crucial é a imobilidade forçada, vivida por aqueles que, devido à falta de recursos ou oportunidades, permanecem no país de origem (Betts, 2013; Black; Collyer, 2014; Martin; Weerasinghe; Taylor, 2014). Frequentemente negligenciada, essa dimensão revela que os impactos das migrações de crise também recaem sobre os que ficam, sujeitos a condições extremas de vulnerabilidade e à ausência de mecanismos institucionais de proteção (Moreira; Borba, 2021).

A migração cubana ilustra essa dualidade entre os que conseguem partir e os que são forçados a permanecer. Para muitos, a permanência não é uma escolha, mas uma imposição das restrições econômicas e políticas, tornando-os, em muitos casos, ainda mais vulneráveis do que os emigrantes. Essa realidade reforça a relação entre crises humanitárias e deslocamentos massivos (Black; Collyer, 2014).

Ao mesmo tempo, as redes de apoio entre migrantes e seus familiares que permanecem na ilha desempenham um papel crucial na preservação de vínculos e identidades, desafiando a noção de migração como um processo definitivo e

<sup>5</sup> Embora este trabalho não faça uso direto de dados primários, nossa pesquisa em andamento também se apoia em informações obtidas por meio de observação participante e 14 entrevistas com migrantes cubanos residentes no Brasil. Desses entrevistados, oito chegaram em 2023, dois em 2024 e os demais após 2014. Eles vêm de diversas localidades de Cuba e abrangem homens e mulheres entre 19 e 53 anos, com diferentes níveis educacionais, trajetórias migratórias e formas de entrada no Brasil. A maioria reside em São Paulo, enquanto alguns estão em Santa Catarina e Minas Gerais. Ainda que os dados dessas entrevistas não sejam diretamente analisados no artigo, eles contribuem para a construção do referencial empírico da pesquisa e para a compreensão do fenômeno migratório em curso. Para reforçar essa perspectiva, inserimos notas de rodapé ao longo do texto apresentando o perfil de alguns desses entrevistados, contextualizando suas experiências e trajetórias migratórias.

<sup>6</sup> Um exemplo dessas políticas é o endurecimento das restrições à entrada de migrantes adotado, principalmente, por vários países europeus. Nos Estados Unidos, sob o segundo mandato de Donald Trump, a política anti-imigratória tem sido um dos principais pilares de sua agenda governamental, reforçando medidas restritivas e impactando significativamente a mobilidade migratória. Entre essas ações, destaca-se o uso da Baía de Guantánamo para deter imigrantes, evidenciando uma abordagem mais rígida no controle de fronteiras e de violação de direitos humanos. Para mais informações, consulte: Análise: medidas de Trump causam medo e desencorajam novos imigrantes (Análise, 2025). *The Conversation: Trump inherits the Guantánamo prison, complete with 4 'forever prisoners'* (Hajjar, 2025).

unidimensional. Essas conexões transnacionais revelam que tanto partir quanto permanecer resultam de uma interação complexa entre fatores estruturais e decisões individuais (McAdam, 2013).

Este estudo relaciona a migração cubana ao conceito de migração de crise (McAdam, 2013), ampliando o debate sobre deslocamentos forçados em contextos autoritários e crises prolongadas. A pesquisa problematiza as dinâmicas de mobilidade, imobilidade e controle migratório na contemporaneidade, destacando a crise humanitária em Cuba, agravada pela pandemia, pelo bloqueio econômico e pelo crescimento da mobilização social, tanto nas redes sociais quanto nas ruas. Além disso, destaca as reformas na política migratória cubana como fatores centrais de intensificação desses fluxos.

Para isso, o artigo se estrutura em três seções principais: uma breve contextualização histórica da política migratória cubana e suas implicações; uma discussão sobre a mobilidade e imobilidade no cenário contemporâneo; e a análise dos dados que evidenciam o crescente papel do Brasil como destino migratório. Através dessa abordagem, busca-se compreender os fatores que perpetuam a mobilidade ou imobilidade dos cubanos e as consequências sociais e políticas desse movimento para o Brasil.

## **A política migratória cubana: estruturas de discriminação e moralização dos fluxos migratórios**

A política migratória cubana é uma das áreas mais complexas e controversas da legislação do país, com profundas implicações para os direitos dos cidadãos, tanto residentes na ilha quanto no exterior (Cobiella, 2017). A interação histórica entre Cuba e os Estados Unidos têm desempenhado um papel fundamental na formulação dessas políticas, refletindo um contínuo jogo de interesses políticos, econômicos e sociais. Por décadas, os Estados Unidos incentivaram a emigração cubana, tanto legal quanto ilegalmente, como parte de sua estratégia política para desestabilizar o país, produzir insatisfação social e atacar o governo cubano (Urrutia Barroso, 1997). Um exemplo é a política de “pés secos, pés molhados”, em vigor até 2017, que permitia aos cubanos que chegassem ao território norte-americano permanecer e eventualmente obter residência legal. A revogação desta política pelo então presidente Barack Obama, aliada à posição de Cuba em aceitar cubanos deportados, representou uma mudança significativa nas dinâmicas migratórias entre os dois países.

A Lei de Migração nº 1312, de Cuba (Cuba, 2015), marcou a regulamentação do controle de saída e entrada de cubanos no território nacional, exigindo que os cidadãos possuíssem um dos vários tipos de passaportes<sup>7</sup> e, no caso dos passaportes comuns, uma permissão adicional de entrada ou saída emitida pelo Ministério do Interior. Em 2012, reformas substanciais foram introduzidas pelo Decreto-Lei nº 302 (Cuba, 2012) e pelo Decreto nº 305, que eliminaram a necessidade da carta de convite e do “permiso” de saída, flexibilizando as rígidas normas migratórias.

Essas mudanças ocorreram em um contexto em que a emigração constituía, há décadas, uma questão sensível na sociedade cubana. A diáspora cubana foi incorporada ao *ethos* da Revolução, tornando-se um fenômeno endógeno e endêmico no país (Aja Díaz *et al.*, 2017). A partir dos anos 60, os emigrantes cubanos passaram a ser vistos

---

<sup>7</sup> São eles: “a) Pasaporte Diplomático, b) Pasaporte de Servicio, c) Pasaporte Oficial, d) Pasaporte Corriente, e) Pasaporte de Marino” (Cobiella, 2017, p. 163).

como antipatriotas e frequentemente rotulados com termos pejorativos como “*gusanos*”, “*traidores*” e “*nacionais no exterior*” (Rodríguez Santos; Cogo, 2021). Este ambiente de estigmatização emergia em paralelo às tentativas de sabotagem interna à Revolução, muitas vezes financiadas pela comunidade cubana exilada na Flórida e incentivadas pelas políticas externas dos Estados Unidos (Grenier, 2015). Em 1981, foi criada a *Cuban American National Foundation* (CANF), organização que desempenhou um papel ativo no apoio a opositores do regime cubano.

A partir de 1994, Cuba iniciou uma reavaliação de sua política migratória, dando início a uma reconfiguração discursiva no contexto do “Período Especial em Tempos de Paz”, que marcou a década de 1990. A crise econômica desse período, desencadeada pela queda do bloco socialista e agravada pelo bloqueio comercial dos Estados Unidos, levou a uma drástica redução das importações de alimentos e combustíveis, resultando em uma grave crise alimentar e no aumento da dependência das remessas enviadas por emigrados cubanos (Goyanna, 2017)<sup>8</sup>. Como parte dessa reavaliação, foi estabelecida a Direção de Assuntos Consulares e Cubanos Residentes no Exterior (DACCER), acompanhada da criação de outros órgãos representativos da comunidade cubana emigrada em diferentes países ao redor do mundo (Mena, 2009). Essas transformações contribuíram para a construção de uma nova narrativa sobre a emigração, com um enfoque predominantemente econômico e menos politizado, apresentando os deslocamentos como fenômenos de natureza “temporária” (Aja Díaz *et al.*, 2017).

No entanto, para muitos, a urgência de migrar é evidente e iminente, impulsionada pela deterioração das condições de vida em um ambiente hostil e/ou economicamente inviável. Entretanto, essa necessidade de partir frequentemente é frustrada por políticas restritivas impostas tanto pelo Estado cubano quanto por outros países, como os Estados Unidos, que limitam severamente a mobilidade. Além das restrições migratórias, como já mencionado, o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos há décadas também agrava a crise interna, restringindo o acesso a bens essenciais e recrudescendo as dificuldades econômicas que levam muitos cubanos a migrar. Assim, a imobilidade dos que permanecem contra sua vontade reforça a complexidade das experiências de controle, evidenciando como os Estados-nação podem restringir a liberdade de movimento enquanto agravam a vulnerabilidade daqueles que não conseguem sair (Moreira; Borba, 2021). Portanto, é importante considerar a imobilidade forçada como uma dimensão central das dinâmicas migratórias cubanas.

Historicamente, a legislação migratória cubana diferenciou cubanos com base em seu *status* migratório e local de residência. Aqueles que emigravam e não retornavam dentro de 24 meses eram classificados como desertores e perdiam automaticamente

<sup>8</sup> Ao longo das décadas, Cuba enfrentou diferentes crises que resultaram em significativos fluxos migratórios, marcando a relação da ilha com a diáspora. Entre os principais êxodos, destacam-se o de Camarioca (1965), quando cerca de 5.000 cubanos, na província de Matanzas, deixaram o país, seguido pelos “Voo da Liberdade”, que permitiram a saída de aproximadamente 260.000 pessoas. O êxodo do Porto de Mariel (1980), perto de Havana, que levou cerca de 125.000 cubanos aos Estados Unidos, ficou marcado pela chegada de prisioneiros e pacientes de hospitais psiquiátricos enviados por Fidel Castro, o que gerou grande impacto político. Citamos ainda a Crise dos Balseiros (1994), que resultou na saída de aproximadamente 30.000 a 35.000 pessoas que tentaram deixar a ilha em balsas improvisadas, enfrentando grandes riscos no Estreito da Flórida (Silva, 2019). Ainda que essas migrações tenham desempenhado um papel importante na configuração das políticas migratórias cubanas, elas não serão abordadas neste artigo.

seus direitos civis.<sup>9</sup> Profissionais de saúde que abandonavam missões de trabalho no exterior eram punidos com exílio forçado, impedidos de retornar a Cuba por até oito anos; esta foi uma prática iniciada em resposta à hostilidade dos Estados Unidos desde 1959 e se tornou permanente (Farber, 2023; Rodríguez Santos; Cogo, 2021).

Desde 2013, cubanos emigrados podem solicitar a repatriação, o que lhes permite recuperar seus direitos legais e residência na ilha. Este processo, regulamentado pela Resolução Nº 44 (Cuba, 2021), exige uma série de documentos, incluindo a comprovação de que o repatriado será sustentado por um residente em Cuba (Diversent, 2014). A repatriação se tornou uma via importante para aqueles que desejam recuperar seus direitos como cidadãos cubanos, representando uma tentativa de mitigação das severas políticas migratórias do passado.

De acordo com Rodríguez Santos e Cogo (2021), há uma mudança de postura recente que visa fortalecer os laços entre a nação cubana e sua diáspora, especialmente nas plataformas digitais como o antigo Twitter (agora X) e o Facebook. Nessas mídias, as interações não apenas refletem um governo menos restritivo, mas também uma sociedade civil cubana mais engajada e dinâmica. O envolvimento ativo da comunidade emigrada nessas plataformas contribui para dissipar as fronteiras entre “povo” e “emigrados”.<sup>10</sup> Como destacam Rodríguez Santos e Cogo (2021, p. 17), “a construção binária e politizada do emigrante cubano nos primeiros anos da Revolução encontrou, nas plataformas digitais, novas formas de se manifestar”. Apesar dos esforços do governo para controlar o ambiente digital, a internet segue como um dos principais espaços de socialização de vozes críticas e dissonantes. O ambiente *online* tem permitido que narrativas alternativas circulem e ganhem força, desafiando a hegemonia discursiva do Estado e criando novas formas de articulação política e mobilização social (Farber, 2023)<sup>11</sup>. Isso ocorre concomitantemente com a revisão das antigas normas de moralidade revolucionária, consideradas antiquadas, exemplificada pela emergência da hashtag #LaPatriaSomosTodos.

Black e Collyer (2014) argumentam que os contextos de crise não se restringem à vivência de crise socioeconômica ou ambiental, mas se relacionam à impossibilidade de deixar esses locais. As práticas de imobilidade têm início no local de origem e se perpetuam ao longo das rotas migratórias e nos países de destino, especialmente onde as políticas antimigratórias se intensificam, como no Norte Global, caracterizado pelo endurecimento das fronteiras. A complexidade dessa questão se agrava ao se considerar tanto aqueles que são impedidos de migrar quanto os que optam por permanecer. Os primeiros enfrentam barreiras geográficas, econômicas, políticas, sociais e ambientais que dificultam sua mobilidade, enquanto os segundos ainda possuem a liberdade de escolha. Ainda que ambos possam estar igualmente expostos a crises, a percepção sobre

<sup>9</sup> A partir de 2015, foi determinado que seria possível prolongar o período de permanência no exterior, desde que houvesse uma justificativa válida e mediante o pagamento da taxa mensal estipulada pelas autoridades para esse tempo adicional (Rodríguez Santos; Cogo, 2021).

<sup>10</sup> Um exemplo recente é a mobilização da ativista Anamely Ramos, que exigiu o direito de todas as pessoas retornarem ao seu país, contando com o apoio de diversos artistas e ativistas na campanha online #DerechoARegresar. Para mais informações, cf.: <https://www.martinoticias.com/a/artistas-e-intelectuales-en-apoyo-a-anamely-ramos-y-derechoaregresar/313589.html>.

<sup>11</sup> A incapacidade do governo de exercer um controle absoluto sobre a internet, diferentemente dos meios de comunicação tradicionais, possibilitou uma maior disseminação de informações sobre a crise interna, o que mobilizou a população e culminou nas manifestações de 11 de julho de 2021 (11J) em todo o país (Farber, 2023) – tema a ser discutido na próxima seção.

a urgência da migração varia conforme as experiências individuais. Assim, a distinção entre aqueles que permanecem voluntariamente e os que são forçados a ficar é crucial para entender as desigualdades que estruturam as dinâmicas migratórias, bem como as condições de deslocamento e permanência, especialmente em contextos que não se restringem ao caso cubano, mas se aplicam a uma análise mais ampla sobre as migrações forçadas e a imobilidade global.

As mudanças legislativas cubanas dos últimos anos trouxeram algumas melhorias, mas não alteraram fundamentalmente a situação de muitos emigrantes, que continuam a enfrentar exclusão e limitações aos seus direitos civis. De acordo com Cobiella (2017), o processo de repatriação oferece esperança para a recuperação de direitos, mas a implementação de reformas adicionais é necessária para garantir a igualdade plena e o respeito aos direitos fundamentais de todos os cubanos, independentemente de sua residência.

A soma da imobilidade forçada à estigmatização da emigração gera um sistema migratório de crise que continua a segmentar e marginalizar uma grande parte da população cubana, seja pela dificuldade de saída do país, seja pela condição de exclusão enfrentada pelos que já emigraram.

### **A mobilidade e imobilidade cubana: entre pandemia, conexões digitais e manifestações de rua**

A evolução tecnológica desencadeou uma luta em Cuba sobre o significado e alcance da revolução digital. Segundo Henken (2021), por meio de uma análise de eventos como o Movimento San Isidro (MSI)<sup>12</sup>, os acontecimentos de 27 de novembro (27N) de 2020 e 27 de janeiro de 2021 (27E), bem como o videoclipe viral *Patria y Vida*<sup>13</sup>, fica evidente que as mudanças internas e o uso da tecnologia por atores locais estão moldando o impacto da tecnologia digital na sociedade cubana de maneira mais significativa do que as políticas estrangeiras.

Em 11 de julho de 2021, Cuba assistiu, ao que tudo indica, a uma de suas maiores manifestações sociais de rua das últimas seis décadas<sup>14</sup>. Milhares de pessoas, em mais de 64 cidades e povoados, saíram às ruas em protesto contra o governo, entoando gritos de “*Libertad*”. Essas manifestações, em sua maioria lideradas pelo coletivo de artistas membros do MSI, com sede em Havana, refletiram o crescente descontentamento popular.

Esse descontentamento foi impulsionado por diversos fatores, tendo a crise econômica, que afeta cada vez mais cidadãos, entre as suas principais causas<sup>15</sup>. A situação foi agravada por apagões frequentes e pela escassez de alimentos e produtos

<sup>12</sup> O Movimento San Isidro, também conhecido como MSI, é constituído por um grupo de artistas, ativistas e intelectuais que lutam por liberdade de expressão e pela defesa dos direitos humanos no país. Criado em 2018, o movimento ficou conhecido internacionalmente após a prisão de alguns de seus membros em novembro de 2020, durante uma manifestação pacífica em Havana (a manifestação ficou conhecida como 25N). Desde então, o San Isidro tem sido alvo de constantes ataques e perseguições por parte do governo cubano.

<sup>13</sup> Videoclipe disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pP9Bto5lOEQ>.

<sup>14</sup> Vale lembrar que os protestos não representaram a primeira manifestação de descontentamento em Cuba, porém se destacaram por sua amplitude e caráter massivo (Delgado, 2023).

<sup>15</sup> Esse é o caso de Rosalia, que teve um emprego formal por 25 anos na empresa estatal de tabaco. Antes, levava uma vida simples, mas sem grandes restrições. No entanto, após a pandemia, a crise econômica se agravou a ponto de afetá-la diretamente. Mesmo vendendo roupas para complementar a renda, o dinheiro não era suficiente para comprar alimentos e outros itens básicos. Diante dessa realidade, ela chegou ao Brasil em 2024.

essenciais, que passaram a ser comercializados, desde 2019, em divisas estrangeiras (Delgado, 2023). Nesse cenário, a criação e expansão das lojas que só aceitam moeda livremente conversível (MLC) acentuaram ainda mais as desigualdades<sup>16</sup>. Essas lojas, que funcionam com dólares ou outras divisas, contrastam diretamente com os salários pagos em pesos cubanos, o que cria um abismo econômico entre os cidadãos. A medida indica a crescente dolarização da economia, resultando em uma espécie de *apartheid* econômico, em que a maior parte da população, sem acesso a remessas o exterior ou divisas, fica excluída da compra de bens essenciais (Herrera, 2023).

A situação de vulnerabilidade foi ainda agravada pela falta de apoio estatal a trabalhadores informais, que desempenhavam funções indispensáveis durante a pandemia, mas não receberam ajuda financeira (Herrera, 2023).

A repressão à manifestação incluiu o bloqueio à internet em todo o país, o que dificultou o acompanhamento dos acontecimentos pela população. Como afirmou a historiadora Alina Hernández (2023, p. 28), “*Es imposible conocer con exactitud lo ocurrido, porque desde las tres de la tarde de ese día fue quitado el servicio de Internet en Cuba. Somos un pueblo a ciegas, sin derecho a información y sin posibilidad de expresarnos*”<sup>17</sup>.

“*Patria y Vida*”, nome da música cubana *hip hop* que circulou pela internet, tornar-se-ia o principal *slogan* dos protestos, uma referência crítica ao lema “*Patria o Muerte*” que consagrou a Revolução liderada por Fidel Castro. Importa destacar que, até 2015, a população cubana não tinha acesso à internet, e somente em 2018 chegaram as tecnologias móveis 3G e 4G para seis em cada dez cubanos (Cuba [...], 2018). O acesso à internet originou uma ação política radical no país, com a participação de intelectuais, artistas, ativistas e jornalistas que se utilizam de plataformas digitais como o antigo Twitter (agora X), Facebook e Instagram para mobilizar pessoas para os protestos e para divulgar suas opiniões sobre a política, o agravamento econômico e a fome generalizada durante a pandemia de COVID-19. Nesse sentido, a participação ativa da sociedade civil transformou o *modus operandi* da produção de informação, passando a ter um papel importante na arena política na disputa pela formação de opiniões, a partir de sua pluralidade e verticalidade (Hernández, 2023).

Na letra e no videoclipe da música se destaca o papel pioneiro do MSI por lutar de forma pacífica por liberdades de expressão no país. No final do vídeo, podemos assistir a algumas cenas reais das manifestações realizadas dentro e fora de Cuba, com dizeres como: “*Todos somos San Isidro, viva Cuba libre*”, “*Libertad y cambio de gobierno en Cuba*”, “*Libertad a todos los presos políticos. Viva Cuba libre*”, entre outros.

<sup>16</sup> Moeda Livremente Conversível (MLC) é uma moeda estrangeira utilizada em Cuba para transações comerciais, especialmente em setores que lidam com bens e serviços importados. Introduzida como uma forma de contornar as restrições cambiais da ilha, a MLC não pode ser convertida diretamente em pesos cubanos (CUP) pelos cidadãos comuns. Em vez disso, ela é utilizada em lojas de produtos eletrônicos, alimentos importados e outros itens de consumo, nos quais a população precisa realizar pagamentos em MLC, geralmente através de cartões bancários pré-pagos ou transferências internacionais.

<sup>17</sup> Desde o início da pandemia, o governo cubano implementou o Decreto-Lei 370, com o objetivo de regular a liberdade de expressão no ambiente virtual, buscando controlar a única esfera que ainda escapava ao seu domínio completo: a internet. O decreto, que se justifica pela necessidade de “proteger o interesse público, a moral e os bons costumes”, concede ao Ministério das Comunicações o poder de multar e/ou confiscar aparelhos, como celulares e outros dispositivos conectados à internet, de pessoas que se expressem de maneira contrária à narrativa oficial ou que contrariem os padrões ideológicos estabelecidos pelo governo (Herrera, 2023).

Na página de website do MSI identifica-se o 11 de julho de 2021 (ou 11J)<sup>18</sup> como o dia “en que perdemos el miedo”, um marco histórico a dividir a história recente de Cuba entre um antes e um depois. O grupo, liderado em sua maioria por cubanos negros, logo nos alerta, por meio de sua página web: “estamos conectados”<sup>19</sup>.

O Movimento nasceu em setembro de 2018, logo após a aprovação do Decreto 349<sup>20</sup>, assinado pelo presidente Miguel Díaz-Canel, que atribui ao Ministério da Cultura a responsabilidade de penalizar, por meio de supervisores e inspetores culturais, a liberdade de associação, expressão, criação e difusão de arte e cultura na ilha, uma forma prévia e sistemática de censura a qualquer intervenção artístico-cultural de cunho mais crítico e autônomo.

Utilizando-se de vias legais, como comunicados e cartas abertas para a Assembleia Nacional, intelectuais e artistas expuseram suas preocupações sobre a regulamentação, mas não obtiveram nenhuma resposta por parte do governo. Em paralelo ao comunicado oficial, uma série de ações e debates denominados “mesas cuadradas” foram formados para discutir o referido decreto, como parte da campanha #NoAlDecreto349. A mobilização desse grupo social logrou que o Ministério da Cultura se reunisse com os manifestantes, declarando publicamente que faria uma pausa na implementação da lei. Tudo isso fez com que o MSI ganhasse mais reconhecimento da sociedade civil em Cuba e no exterior<sup>21</sup>.

Após o pronunciamento do MSI contra o Decreto 349, iniciou-se uma série de prisões seletivas, atingindo cidadãos que o governo cubano classifica como “desertores da Revolução” (Álvarez, 2023)<sup>22</sup>. Muitos ativistas e artistas que ainda não foram detidos permanecem sob vigilância constante do Estado, temendo ser presos a qualquer momento. Além disso, enfrentam medidas abusivas, como intimações para comparecer à polícia, interceptação de seus telefones e até ameaças às suas famílias, incluindo o risco de perderem suas casas<sup>23</sup>.

<sup>18</sup> Outro marco importante das manifestações de rua foi o 27N. A sigla é uma referência ao maior ato de artistas ocorrido em frente a um prédio governamental, o Ministério da Cultura, em 27 de novembro de 2020, para protestar contra o fechamento da sede do MSI.

<sup>19</sup> A presença de pessoas negras nas manifestações de rua é um assunto abordado em vários capítulos do livro *Cuba 11J: Perspectivas contrahegemónicas de las protestas sociales*, escrito por intelectuais e ativistas cubanos, que analisam as dimensões sociais e políticas dos protestos. Guanche (2023) destaca que os bairros mais empobrecidos, predominantemente habitados por pessoas negras e mestiças, foram os principais epicentros das manifestações de 11J, já que essas populações enfrentam as piores condições habitacionais e têm menos acesso a remessas do exterior e à internet.

<sup>20</sup> Acesse o texto completo do decreto em: [https://derechodelacultura.org/legislacion\\_nacional/decreto-349-de-2018-contravenciones-de-las-regulaciones-en-materia-de-politica-cultural-sobre-la-prestacion-de-servicios-artisticos-cuba](https://derechodelacultura.org/legislacion_nacional/decreto-349-de-2018-contravenciones-de-las-regulaciones-en-materia-de-politica-cultural-sobre-la-prestacion-de-servicios-artisticos-cuba).

<sup>21</sup> A repercussão internacional foi tão significativa que artistas e escritores estrangeiros, como Meryl Streep, Paul Auster, Orhan Pamuk, Elena Poniatowska, Isabel Allende, Zadie Smith, J. M. Coetzee, Jules Feiffer, Chimamanda Ngozi Adichie e Khaled Hosseini, entre outros, se juntaram em uma carta pedindo o fim da repressão e censura aos artistas cubanos. Para saber mais, ver: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-12-09/meryl-streep-elena-poniatowska-e-outras-300-personalidades-pedem-o-fim-da-repressao-contra-os-artistas-cubanos.html>.

<sup>22</sup> Um exemplo é o caso de Yamandu, um de nossos entrevistados, que chegou ao Brasil em dezembro de 2024. Antes disso, passou 29 dias preso após as manifestações de rua do 11J. Ele afirmou ter estado nas ruas apenas por preocupação com sua mãe, que trabalhava em um posto de gasolina, reiterando não ter qualquer envolvimento político, e destacando que sua rotina sempre foi “do trabalho para casa”. Yamandu também revelou que, desde que foi multado pela primeira vez aos 16 anos, em Varadero, por conversar com turistas, evitava qualquer discussão política.

<sup>23</sup> Para saber mais sobre o tema, acesse: <https://www.cibercuba.com/noticias/2022-05-04-u1-e208512-s27061-amplio-reportaje-television-chilena-recoge-vozes-protestas>.

Mesmo entre aqueles que não participaram diretamente dos protestos, existe uma solidariedade com as reivindicações dos manifestantes, que exigem condições dignas de vida, acesso a alimentos, medicamentos, eletricidade, educação e saúde de qualidade, além de um lar seguro e a liberdade para viver e se expressar sem receio (Pérez, 2021). Apesar do crescente apoio às manifestações em favor das liberdades de expressão, muitos ainda temem a repressão<sup>24</sup>, não apenas a que vem do governo, mas também aquela orquestrada por cidadãos comuns dos Comitês de Defesa da Revolução (CDRs).

Cabe aqui uma breve introdução aos CDRs, dada a sua participação crítica na repressão aos elementos considerados contrarrevolucionários durante o processo de transformações sociais em Cuba. Criados em 1960, os CDRs foram a maior organização da vanguarda revolucionária e eram conhecidos como os “olhos e ouvidos da Revolução”. Sua atuação se desdobra em três vertentes: uma dimensão organizativa da vida cotidiana, principalmente nas ruas e nos bairros cubanos; uma dimensão política de atuação ideológica na ativa mobilização de base e, em especial em 1975, ao aproximar-se do estabelecimento do Poder Popular; e também uma dimensão repressiva, com o intuito de denunciar práticas contrarrevolucionárias (Pereira Santos, 2017). Os comitês, dessa forma, produziram uma experiência original e singular, tanto no campo como na cidade, no processo revolucionário cubano de transformações sociais. Segundo palavras do comandante Fidel Castro Ruz (1960), então primeiro-ministro do Governo Revolucionário, em discurso proferido em 28 de setembro de 1960,

Vamos a establecer un sistema de vigilancia colectiva, ¡vamos a establecer un sistema de vigilancia revolucionaria colectiva! (aplausos) Y vamos a ver cómo se pueden mover aquí los lacayos del imperialismo, porque, en definitiva, nosotros vivimos en toda la ciudad, no hay un edificio de apartamentos de la ciudad, ni hay cuadra, ni hay manzana, ni hay barrio, que no esté ampliamente representado aquí. Vamos a implantar, frente a las campañas de agresiones del imperialismo, un sistema de vigilancia colectiva revolucionaria que todo el mundo sepa quién vive en la manzana, qué hace el que vive en la manzana y qué relaciones tuvo con la tiranía; y a qué se dedica; con quién se junta; en qué actividades anda. Porque si creen que van a poder enfrentarse con el pueblo, ¡tremendo chasco se van a llevar!, porque les implantamos un comité de vigilancia revolucionaria en cada manzana (aplausos), para que el pueblo vigile, para que el pueblo observe, y para que vean que cuando la masa del pueblo se organiza, no hay imperialista, ni lacayo de los imperialistas, ni vendido a los imperialistas, ni instrumento de los imperialistas que pueda moverse (aplausos)<sup>25</sup>.

*“Tienen que pasar por encima de nuestros cadáveres. Si quieren enfrentar a la Revolución. Y estamos dispuestos a todo”* (Díaz-Canel, 2021). Poderíamos acreditar que estas últimas palavras seriam uma continuação do discurso de Fidel de 1960. No

<sup>24</sup> Em 15 de novembro de 2021, setores da sociedade civil planejavam a “Marcha Cívica por el Cambio”, com o intuito de libertar as pessoas detidas nas manifestações anteriores, mas ela não chegou a ser concretizada, pois foi rejeitada pelo governo, que a declarou “ilícita” e “inconstitucional”.

<sup>25</sup> Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, na sua chegada à Organização das Nações Unidas, na concentração em frente ao Palácio, em 28 de setembro de 1960. Departamento de Versões Taquigráficas do Governo Revolucionário (Castro Ruz, 1960).

entanto, são de Miguel Mario Díaz-Canel Bermúdez, de 2021, presidente de Cuba desde 19 de abril de 2018. Sua fala, desde o Palácio da Revolução, é direcionada aos cubanos e cubanas que saem às ruas manifestando-se contra as repressões e censuras por parte do governo. Para ele, a população que protesta é formada por manipuladores dos chamados #SOSMatanzas<sup>26</sup> e #SOSCuba. O mandatário finalizou seu pronunciamento dando ordem para que os seus apoiadores (revolucionários) saiam às ruas (Delgado, 2023; Hernández, 2023)<sup>27</sup>. E completou: “*No vamos a admitir que ningún mercenario y contrarrevolucionario provoque un estallido. Convocamos a todos los revolucionarios y comunistas a enfrentar en las calles estas manifestaciones [...] No vamos a permitir que nadie manipule e impongan un plan anexionista*” (Díaz-Canel, 2021).

Entretanto, o que se observa é uma complexidade e heterogeneidade de sujeitos sociais que estão insatisfeitos com o andamento do governo, não se tratando possivelmente apenas de “mercenários” e “desertores da Revolução”<sup>28</sup>. Os protestos de 11J evidenciaram o cansaço da sociedade em manter-se como mera militante e defensora da Revolução, manifestando um desejo crescente de maior participação cidadã, autonomia e engajamento político (Herrera, 2023).

Nesse cenário, emerge uma sociedade civil mais dinâmica, caracterizada por agendas horizontais que desafiam as tradicionais divisões entre esquerda e direita, especialmente em temas como gênero e raça. Isso não significa a ausência de posicionamentos ideológicos nesses debates, mas sim que tais questões atravessam diferentes pautas, possibilitando confluências inesperadas (Guanche, 2023). Entre os grupos que protagonizam esse novo contexto, a juventude desempenha um papel central nas manifestações de rua, grupo crucial para compreendermos a dinâmica dos protestos.

A chegada da internet móvel 3G em dezembro de 2018 representou um marco significativo, ampliando o acesso dos cubanos à informação e às redes sociais. Com cerca de 4,4 milhões de usuários conectados, esse avanço digital fortaleceu a participação juvenil nos protestos e descentralizou a disseminação de informações (Guanche, 2023). Apesar das tentativas do governo de bloquear plataformas independentes e reprimir seus criadores durante manifestações, como no caso do 27E (Cuban [...], 2020), a tecnologia facilitou a organização e a articulação de reivindicações sociais.

Segundo Parker (2014), a sociedade cubana passa por uma transformação gradual, em que o acesso à internet permite aos cidadãos superar o medo e o isolamento, possibilitando maior exercício de seus direitos no espaço virtual. Embora o uso de

<sup>26</sup> A hashtag SOSMatanzas é uma referência à pequena cidade de Matanzas, conhecida por liderar os protestos durante a pandemia de COVID-19. Foi criada para publicizar a situação da população, padecendo pelos efeitos do coronavírus ou da fome. Mais tarde, a circulação de vídeos e fotos sobre a situação de escassez de remédios e alimentos em toda a ilha ganhou a hashtag SOSCuba.

<sup>27</sup> Na prática, contudo, não foram apenas civis pró-governo que responderam às manifestações. As forças de segurança do Estado, incluindo policiais uniformizados, agentes da polícia política e tropas especiais conhecidas como “boinas negras”, reprimiram os protestos com violência, fazendo uso de gás lacrimogêneo, agressões físicas e milhares de prisões. Entre os detidos estavam militantes de esquerda críticos ao governo, demonstrando que qualquer dissidência, independentemente da orientação ideológica, poderia ser alvo da repressão estatal. Ao convocar seus seguidores a enfrentarem os manifestantes nas ruas, Díaz-Canel retomou uma máxima utilizada pelo regime há mais de 60 anos: “As ruas pertencem aos revolucionários”. Essa mesma lógica de exclusão política tem sido aplicada também nas universidades cubanas, onde estudantes e professores dissidentes enfrentam frequentemente perseguições, restrições e até expulsões (Farber, 2023).

<sup>28</sup> Um exemplo dessa diversidade, no campo da esquerda, é a presença de diversas vertentes, como “posmarxistas, marxistas críticos y republicanos democráticos, ecosocialistas, antirracistas, anarquistas, trotskistas, feministas, disidentes sexuais, decoloniais, socialdemócratas” (Guanche, 2023, p. 45).

*hashtags* e redes sociais ainda não configure um movimento massivo capaz de ameaçar o Estado, essas iniciativas sinalizam uma mudança progressiva, desafiando normas estabelecidas e criando novas formas de expressão e mobilização cidadã.

A partir de março de 2020, com a chegada da pandemia de COVID-19 e o agravamento das sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos, a situação econômica em Cuba tornou-se ainda mais complicada. Setores-chave da economia, como o turismo, foram profundamente afetados, levando a população a uma situação de extrema pobreza; também, foram limitadas as remessas enviadas por cubanos no exterior, especialmente dos que vivem nos Estados Unidos, fonte crucial de sustento para muitas famílias na ilha. Esse cenário intensificou a precariedade social e econômica, empurrando a população a uma situação de extrema pobreza (Farber, 2023).

Como consequência, milhares de cubanos emigraram em 2022. De acordo com a Organização Internacional das Migrações – OIM (McAuliffe; Ocho, 2024, p. 93), “mais de 220.000 encontros com migrantes cubanos foram relatados na fronteira dos Estados Unidos com o México”, tornando 2022 o ano de maior êxodo em mais de 30 anos, com 125.000 cubanos chegando aos Estados Unidos em apenas seis meses. Entre esses migrantes, muitos fugiram por motivos políticos, devido à perseguição e repressão estatal. Além dos que seguiram para o norte, uma parte significativa rumou para a Nicarágua, onde não é exigido visto de entrada para cubanos, ou para o Panamá, de onde seguiram de ônibus pela América Central. Em 2022, também foram registradas mais de 300 mortes e desaparecimentos de migrantes do Caribe, o maior número desde que a OIM começou a coletar esses dados (McAuliffe; Ocho, 2024).

### **Migração cubana para o Brasil na última década**

Segundo nossa pesquisa pelo banco interativo de dados do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (Sincr) e do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra) – informações que integram os registros da Polícia Federal brasileira<sup>29</sup> –, entre 2013 e 2024, foram registrados 46.592 cubanos no Brasil. Os maiores afluxos ocorreram em 2013 (5.467), 2014 (6.560), 2017 (5.346) e, sobretudo, no período pós-pandemia, com números significativamente mais altos em 2022 (7.130) e 2023 (7.717). A distribuição de gênero é equilibrada, e a maioria dos migrantes se encontra na faixa etária dos 25 aos 40 anos. Em se tratando de “ocupação laboral”, as principais profissões encontradas foram, em primeiro lugar, “médico, cirurgião, dentista ou assemelhado” (16.333 pessoas) e, em segundo lugar, “estudante” (2.755 pessoas). Pelo mapeamento, foi possível identificar também que o amparo legal da maioria deles (16.400) era o Artigo 13, item I, da Lei 6.815/80, que “dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil em viagem cultural ou em missão de estudos”, como também o artigo 2º do Decreto nº 9.277/2018, que trata da

<sup>29</sup> Pelo banco interativo é possível fazer o levantamento de migrantes que entram com pedido de cadastro para emissão de seu Registro Nacional Migratório (RNM), o antigo Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) no Brasil. Ou seja, cumpre salientar que estamos nos referindo a uma verificação de dados apenas dos migrantes registrados. Portanto, são excluídas desse banco de dados as pessoas indocumentadas e as solicitantes de refúgio, estando estas últimas documentadas, porém sem possuir o RNM/RNE. Contudo, a ferramenta possibilita destrinchar os dados por idade e sexo, país de nascimento, inserção laboral, local de residência e amparo legal que garante a permanência desta população no país.

emissão de protocolo e do Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DRNM) para solicitantes de refúgio (15.271 pessoas).

Avaliamos que uma grande parcela dessa migração cubana registrada, com Registro Nacional Migratório (RNM), a partir de 2013, com acelerado crescimento nos anos seguintes,-refere-se a uma migração justificada pelo Programa Mais Médicos. O Programa, lançado pelo governo federal em 2013, tinha como preceito fortalecer as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e levar médicos a todas as regiões do país, convocando profissionais da cooperação internacional feita entre o Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Em 2014, dos 14.462 médicos contratados, 11.429 eram médicos cooperados<sup>30</sup>.

Por outro lado, no Brasil, em 2023, de acordo com o relatório “Refúgio em Números” (Junger *et al.*, 2022)<sup>31</sup>, Cuba tornou-se o segundo país – de nacionalidade ou residência habitual – de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, com 11.479 dos pedidos, atrás apenas da Venezuela, com 29.467.

De acordo com o Painel Interativo de Decisões sobre Refúgio no Brasil (Brasil, 2023), entre 2013 e 2022, 1.035 pessoas de nacionalidade cubana foram reconhecidas como refugiadas. A maior parte, 843, obteve esse *status* por motivações políticas, enquanto outras 58 foram reconhecidas por pertencerem a grupos sociais específicos.

Se olharmos os deferimentos de pedidos de refúgio exclusivamente pela fundamentação “opinião política”, Cuba lidera o número de deferimentos, sendo seguida pela República Democrática do Congo (75) e pela Venezuela (49). Esse panorama nos faz acreditar que as motivações dos pedidos de refúgio de cubanos têm uma relação direta com o contexto contemporâneo no país, com a chegada da internet a mais pessoas e com a possibilidade de elas quererem se expressar livremente sobre a situação política na ilha e, justamente por isso, sofrerem uma maior vigilância e repressão por parte do Estado.

Segundo o Painel Interativo de Solicitações de Refúgio (Brasil, 2023), desde 2016, o número de solicitações de refúgio de cubanos tem apresentado um aumento progressivo, com exceção dos anos de 2020 e 2021, quando houve uma queda significativa, possivelmente devido aos impactos da pandemia de COVID-19. Em 2016, foram registradas 1.116 solicitações, número que quase dobrou em 2017, chegando a 2.010. Esse crescimento continuou nos anos seguintes, com 2.741 pedidos em 2018 e 3.984 em 2019. No entanto, em 2020, o número caiu para 1.340, e em 2021 atingiu seu menor patamar do período, com apenas 524 solicitações. A partir de 2022, observa-se uma retomada expressiva no volume de pedidos, com 5.965 registros naquele ano, seguido de um salto para 12.101 em 2023 e um aumento ainda mais acentuado em 2024, com 22.288 solicitações.

A migração cubana para o Brasil na última década apresenta, então, duas grandes vertentes distintas, que refletem não apenas as condições políticas e sociais em Cuba, mas também as demandas do Brasil e as oportunidades que surgem nesse contexto.

A primeira vertente refere-se a uma migração direcionada, ou seja, aquela em que os migrantes ingressam com um visto temporário. Esse grupo é composto tanto por estudantes que vieram ao Brasil por meio de missões de estudo – especialmente para

<sup>30</sup> Mais informações em: <http://maismedicos.gov.br/cadastro-nacional-de-especialistas/12-perguntas-frequentes-do-cidadao/47-3-e-verdade-que-os-medicos-do-mais-medicos-sao-todos-cubanos>.

<sup>31</sup> Elaborado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), a partir dos dados da Polícia Federal.

programas de pós-graduação<sup>32</sup> – quanto por profissionais da área médica que participaram do Programa Mais Médicos, um esforço do governo brasileiro para suprir a escassez de médicos em áreas remotas e carentes<sup>33</sup>.

Com o fim oficial da participação cubana no programa Mais Médicos em 2018, muitos desses profissionais optaram por permanecer no Brasil, enfrentando dificuldades na revalidação de seus diplomas e buscando outras formas de regularizar sua permanência. Esse contexto contribuiu para um aumento expressivo nos pedidos de refúgio por cubanos, uma vez que a solicitação de refúgio passou a ser uma estratégia importante não só para os médicos, mas também para alguns estudantes de pós-graduação, que adotaram esse recurso para evitar a deportação e garantir acesso a direitos básicos enquanto buscavam alternativas para sua inserção no mercado de trabalho.

A segunda vertente, por sua vez, abrange um contingente considerável de indivíduos que, em sua maioria, são parentes (mas não só) dos profissionais mencionados anteriormente. Esses migrantes chegaram ao Brasil após 2013 em busca de refúgio, motivados por um contexto de crescente repressão política e econômica em Cuba. Santos (2018) observa que muitos desses migrantes são impulsionados por laços familiares e destaca que, embora médicos e médicas vinculados ao Programa Mais Médicos possam fazer uma viagem anual de férias a Cuba, seus familiares não têm permissão para viajar ao Brasil. “Tal rigidez diplomática confere contornos de drama, suspense e aventura à vida das famílias que procuram manter a proximidade física” (Santos, 2018, p. 361). Assim, a mobilidade dos profissionais do programa gera um efeito cascata, permitindo que, uma vez estabelecidos permanentemente no Brasil, tragam seus parentes<sup>34</sup>. No entanto, durante a missão, essa mobilidade dos familiares é restrita, refletindo os arranjos migratórios de mobilidades e imobilidades familiares.

Essas duas modalidades mais recentes de migração para o Brasil suscitam reflexões sobre as diferentes trajetórias e as dinâmicas familiares entre os migrantes cubanos. A análise das histórias de vida evidencia um conjunto diversificado de experiências que vão além das classificações tradicionais de migrantes econômicos ou refugiados políticos, revelando nuances que perpassam questões de pertencimento, adaptação e redes de apoio. Esse tema tem sido amplamente debatido por estudiosos, como Machado (2011), cujas contribuições para a antropologia das migrações e as etnografias do movimento ampliam a compreensão sobre os múltiplos fatores que orientam influenciam a mobilidade dos indivíduos.

Segundo nossas entrevistas, verificamos que as duas principais vertentes da migração cubana estão inseridas no que denominamos de *habitus do silêncio político*. Por meio deste conceito, referimo-nos à preocupação desses indivíduos em manter relações com seus parentes em Cuba e evitar ser incluídos em listas de “pessoas indesejadas” em seu país de origem. Essa situação cria uma tensão constante entre o desejo de se expressar livremente e a necessidade de preservar laços familiares, permitindo-lhes continuar visitando a ilha e mantendo laços amigáveis em sua terra natal.

<sup>32</sup> Esse é o caso de Valentina e Yamila, que chegaram em 2017 a Florianópolis/Santa Catarina, e de Pablo, que chegou em 2014 a Belo Horizonte/Minas Gerais, todos para realizar doutorado no Brasil.

<sup>33</sup> Isso se aplica ao caso de Moria, uma das entrevistadas, que chegou ao Brasil em 2015. Após casar-se com um brasileiro e ter uma filha no país, ela decidiu se estabelecer aqui. Atualmente, Moria trabalha como médica e reside com a família em Guaranésia, Minas Gerais. Ela também tem planos de trazer seu irmão para o Brasil.

<sup>34</sup> Dentre os familiares dos profissionais de saúde, destacam-se o caso do casal Laura e Luís, que chegaram ao Brasil em 2023. Eles foram trazidos pela irmã de Luís, que, após obter aprovação no Revalida, atua como médica no Brasil e, após casar-se com um brasileiro, obteve residência permanente no país.

Por outro lado, observamos que há um grupo de pessoas que rompem com o *habitus do silêncio político*. Esses indivíduos, frequentemente com uma trajetória acadêmica, optam por romper laços com familiares e com sua nação de origem, ou estão mais dispostos a discutir abertamente a situação vivida em Cuba. Esse rompimento pode ser visto como um ato de coragem, um esforço deliberado para se desvincular da repressão que permeia a vida em Cuba e, ao mesmo tempo, um desejo de contribuir para um diálogo mais amplo sobre a situação política da ilha. Suas experiências trazem uma perspectiva que transcende a análise puramente econômica, profissional ou familiar da migração. Essa abordagem enriquece o debate sobre as mobilidades em movimento, que estão ligadas a um *habitus* muito singular: a disposição de romper com diálogos, entrevistas ou comentários meramente protocolares. Aqui, o mover-se é uma escolha que, muitas vezes, implica romper laços íntimos e com sua cidadania<sup>35</sup>.

Além disso, é importante reconhecer que a migração cubana para o Brasil não é um fenômeno isolado, mas integra um movimento migratório global. A intersecção entre as diferentes razões para migrar, incluindo a migração forçada e a voluntária/econômica, reflete a linha tênue que as separa e revela as complexidades dos deslocamentos no mundo contemporâneo.

### **Considerações finais**

A análise das dinâmicas de mobilidades e imobilidades da população cubana, à luz do conceito de migração de crise (McAdam, 2013), revela um cenário intrincado. A crise econômica, intensificada pela pandemia de COVID-19 e pelo bloqueio norte-americano, somada à ampliação do acesso à internet, às restrições políticas e ao aumento da repressão, tem impulsionado um expressivo fluxo migratório. Nesse contexto, a migração se apresenta tanto como uma estratégia de sobrevivência para muitos cubanos quanto um fator central para compreender os movimentos migratórios contemporâneos do país.

Nos últimos anos, o uso crescente de plataformas digitais, como o antigo Twitter e o Facebook, tem redefinido a relação entre Cuba e sua diáspora, reduzindo a dicotomia histórica entre “povo” e “emigrados” e revelando uma sociedade civil cubana mais engajada. A proliferação da hashtag *#LaPatriaSomosTodos* exemplifica essa nova abordagem inclusiva, que desafia a visão binária de “nacionais” e “não nacionais” e busca fortalecer os laços com os cubanos no exterior (Rodríguez Santos; Cogo, 2021). Paralelamente, as reformas migratórias de 2013, que permitiram aos emigrantes solicitar repatriação, e de 2015, que prolongaram a permanência no exterior mediante pagamento de taxas, sinalizam uma flexibilização controlada da emigração. No entanto, as políticas migratórias cubanas permanecem contraditórias, oscilando entre medidas permissivas e um rígido controle estatal.

A pesquisa corrobora a reflexão de Black e Collyer (2014) sobre a centralidade da imobilidade forçada nas dinâmicas migratórias. No caso cubano, isso se reflete nas restrições impostas pelo governo à saída de seus cidadãos e nas barreiras econômicas

<sup>35</sup> Um exemplo é o de Lúcio, que participou ativamente das manifestações de rua em Havana e foi preso após ser denunciado por seu próprio pai, membro do Partido Comunista Cubano (PCC). Lúcio contou que, após ser detido várias vezes e tornar sua situação pública por meio da mídia e redes sociais, representantes do governo “lhe ofereceram” a opção de deixar o país. Ele chegou ao Brasil em setembro de 2023.

e políticas que dificultam a mobilidade. A necessidade de vistos para diversos destinos e a exigência de recursos materiais criam um cenário de imobilidade para muitos que desejam sair, mas se veem impedidos por essas condições.

O Brasil surge como uma alternativa viável, especialmente após a implementação do programa Mais Médicos em 2013, que trouxe um grande número de profissionais da saúde, seguidos, posteriormente, por seus familiares. A migração para o Brasil na última década pode ser dividida em duas principais vertentes: a primeira, direcionada, composta por estudantes de pós-graduação e sobretudo por profissionais da saúde, e a segunda, que engloba outros grupos sociais, majoritariamente aqueles que buscam refúgio devido à crescente repressão política e econômica, especialmente nos anos pós-pandemia. A partir de 2013, reformas na política migratória cubana também marcaram um ponto de inflexão relevante para a dinâmica migratória de Cuba, facilitando a saída de cidadãos, o que teve impacto nos fluxos migratórios para países como o Brasil. Embora muitos desses migrantes compartilhem um *habitus do silêncio político*, alguns, como Yamandu e Lúcio, rompem esse padrão ao denunciar a repressão, por terem sido diretamente afetados por ela. Ainda não é possível quantificar quantos migrantes cubanos no Brasil estiveram ligados aos protestos, mas entrevistas indicam que, mesmo sem envolvimento direto, muitos criticam as condições políticas e econômicas de Cuba, utilizando redes sociais e espaços na diáspora para expressar suas opiniões<sup>36</sup>.

Este estudo ressalta a necessidade de políticas migratórias que considerem não apenas aspectos econômicos, mas também questões de direitos humanos. O aumento da demanda por reconhecimento de refúgio entre cubanos no Brasil, especialmente por perseguição política, evidencia a urgência de abordagens mais abrangentes e humanitárias na gestão desses fluxos migratórios.

Diante desse cenário, é essencial discutir a implementação de um programa que amplie as opções de regularização migratória, superando os limites do refúgio e oferecendo alternativas como acolhida humanitária e vistos de residência. Essas medidas são cruciais para assegurar um acolhimento digno e possibilitar a reconstrução de vidas no Brasil, independentemente de as pessoas estarem ou não dispostas a compartilhar suas experiências políticas e sociais. No caso particular da migração cubana, tais alternativas poderiam contribuir significativamente para atenuar os desafios enfrentados por essa população, proporcionando uma maior estabilidade e proteção, sem lhe impor uma exposição indesejada a suas vivências políticas.

---

<sup>36</sup> Destacamos que o rompimento do silêncio não se limita a Yamandu e Lúcio. Outros entrevistados, como migrantes que vieram ao Brasil por meio de programas de pós-graduação ou com menor escolaridade e sem perseguição direta, também criticam enfaticamente o governo, apesar do medo. Curiosamente, os que se identificam como refugiados políticos não têm o mesmo receio de ser reconhecidos, pois já romperam com o silêncio. Em contraste, a maioria daqueles que saíram de Cuba por questões econômicas são os que mais temem ser identificados ou incluídos na “lista dos indesejáveis” do Estado cubano.

## Referências

- AJA DÍAZ, Antonio; RODRÍGUEZ SORIANO, María Ofelia; OROSA BUSUTIL, Rebeca; ALBIZU-CAMPOS ESPINEIRA, Juan Carlos. La migración internacional de cubanos: escenarios actuales. *Revista Novedades en Población*, La Habana, v. 13, n. 26, p. 40-57, 2017.
- ÁLVAREZ, Carlos Manuel. *Los intrusos*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2023.
- ANÁLISE: Medidas de Trump causam medo e desencorajam novos imigrantes. CNN Brasil, [São Paulo], 27 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-medidas-de-trump-causam-medo-e-desencorajam-novos-imigrantes/>. Acesso em: 8 fev. 2025.
- BETTS, Alexander. *Survival migration: failed governance and the crisis of displacement*. Ithaca: Cornell University Press, 2013.
- BLACK, Richard.; COLLYER, Michael. Populations 'trapped' at times of crisis. *Forced Migration Review*, Oxford, v. 45, p. 52-56, 2014. Disponível em: [www.fmreview.org/crisis/black-collyer](http://www.fmreview.org/crisis/black-collyer). Acesso em: 28 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Painel Interativo de decisões sobre refúgio no Brasil*. Brasília, DF: MJSP: ACNUR, 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTk3OTdiZjctNGQwOC00Y2FhLTgxYTctNDNIN2ZkNjZmMWVIIwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSlSmMiOjh9&pageName=ReportSection>. Acesso em: 12 set. 2024.
- BROWN, Jonathan C. *Cuba: a revolution in the world*. Cambridge: Harvard University Press, 2017.
- CASTRO RUZ, Fidel. *Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, a su llegada de la Organización de Naciones Unidas, en la Concentración frente a palacio*. La Habana: Departamento de Versiones Taquigráficas, 1960. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1960/esp/f280960e.html>. Acesso em 12. set. 2024.
- COBIELLA, María Elena Cobas. La cuestión migratoria cubana: algunas consideraciones. *Barataria*, Toledo, España, n. 23, p. 159-173, 2017.
- CUBA. Decreto n°305 modificativo del decreto 26 "Reglamento de la ley de migración" de 19 de julio de 1978. *Gaceta Oficial de la República de Cuba*, La Habana, año 2012, n.44, p.1360, 16 oct.2012. Disponível em: <https://www.acnur.org/filea>. Acesso em: 12 set.2024.
- CUBA disponibiliza internet móvel, mas sob preço muito alto à população. *UOL Notícias*. [s. l.], 6 dez. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2018/12/06/cuba-disponibiliza-internet-movel-mas-sob-preco-muito-alto-a-populacao.htm>. Acesso em: 17 fev. 2025.
- CUBA. *Constitución de la República de Cuba*. La Habana: Granma Editorial, 2019. Disponível em: <http://www.granma.cu/file/pdf/gaceta/Nueva%20Constituci%C3%B3n%202024%20KB-1.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- CUBA. Decreto-Ley no. 302 modificativo de la Ley No. 1312, "Ley de Migración" de 20 de septiembre de 1976. *Gaceta Oficial de La República de Cuba*, La Habana, año 110, n. 44, p. 1357, 16 oct. 2012. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2012/8950.pdf>. Acesso em: 12 set. 2024.
- CUBA. Ley no. 1312, "Ley de Migración" y Decreto No. 26, "Reglamento de la Ley de Migración" (Ediciones Actualizadas). *Gaceta Oficial de la República de Cuba*, La Habana, año 113, n. 41, p. 589, 18 dic. 2015. Disponível em: <http://juriscuba.com/wp-content/uploads/2015/12/Ley-migracion.reglamento-actualizada-2012.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- CUBA. Sobre el ejercicio del trabajo por cuenta propia. *Gaceta Oficial de La República de Cuba*, La Habana, año 119, n. 94, p. 2693, 19 ago. 2021. Disponível em: <https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2021-094.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- CUBAN authorities harass journalists, block social media amid protests. *CPJ*, New York, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://cpj.org/2020/11/cuban-authorities-harass-journalists-block-social-media-amid-protests/>. Acesso em: 15 maio 2024.
- DELGADO, Jessica Dominguez. Por qué estallaron las protestas en Cuba? In: LUJARDO, Alexander Hall (coord.). *Cuba 11J: perspectivas contrahegemónicas de las protestas sociales*. [S. l.]: Ed. Marx21.net, 2023. p. 18-25.

DÍAZ-CANEL: 'Tienen que pasar por encima de nuestros cadáveres y estamos dispuestos a todo'. *Diário de Cuba*, La Habana, 11 Jul. 2021. Disponível em: [https://diariodecuba.com/cuba/1626037621\\_32576.html](https://diariodecuba.com/cuba/1626037621_32576.html). Acesso em: 12 set. 2024.

DIVERSENT, Laritza. Cambios en la política migratoria del gobierno cubano: ¿Nuevas reformas? *Cubalex*, Washington, 16 jun. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/4x9qjE>. Acesso em: 13 set. 2024.

ERIKSON, Daniel P. *The Cuba Wars: Fidel Castro, the United States, and the next Revolution*. New York: Bloomsbury Press, 2008.

FARBER, Samuel. Las protestas del 11 de julio en Cuba. In: LUJARDO, Alexander Hall (coord.). *Cuba 11J: Perspectivas contrahegemónicas de las protestas sociales*. [S. l.]: Ed. Marx21.net, 2023. p. 10-18.

GOYANNA, Bianca. Por que a Revolução não caiu? In: SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos; VASCONCELOS, Joana Salém; DESSOTTI, Fabiana (org.). *Cuba no século XXI: dilemas da revolução*. São Paulo: Ed. Elefante, 2017. p. 38-44.

GRENIER, Guillermo J. The Cuban-American transition: demographic changes drive ideological changes. *Novedades en Población*, La Habana, ano 11, n. 22, jul./dic. 2015. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/pdf/rnp/v11n22/rnp17215.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

GUANCHE, Julio César. Enfoques para abordar las protestas del 11J en Cuba. In: LUJARDO, Alexander Hall (coord.). *Cuba 11J: perspectivas contrahegemónicas de las protestas sociales*. [S. l.]: Ed. Marx21.net, 2023. p. 38-59.

HAJJAR, Lisa. Trump inherits the Guantánamo prison, complete with 4 'forever prisoners'. *The Conversation*, Guantánamo, 24 jan. 2025. Disponível em: <https://theconversation.com/trump-inherits-the-guantanamo-prison-complete-with-4-forever-prisoners-247058>. Acesso em: 8 fev. 2025.

HENKEN, Ted A. Del Movimiento San Isidro a "Patria y Vida": ¿Quién controlará la revolución digital cubana? *Revista Foro Cubano*, Bogotá, v. 2, n. 2, p. 73-92, 2021. DOI: doi.org/10.22518/jour.rfc/2021.2a07.

HERNÁNDEZ, Alina Bárbara López. Estallido social en Cuba: las señales ignoradas. In: LUJARDO, Alexander Hall (coord.). *Cuba 11J: perspectivas contrahegemónicas de las protestas sociales*. [S. l.]: Ed. Marx21.net, 2023. p. 25-30.

HERRERA, Alexei Padilla. Las manifestaciones del 11J ante la crisis del 'socialismo de Estado' en Cuba. In: LUJARDO, Alexander Hall (coord.). *Cuba 11J: Perspectivas contrahegemónicas de las protestas sociales*. [S. l.]: Ed. Marx21.net, 2023. p. 76-84.

JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. *Refúgio em Números*. 7. ed. Brasília, DF: OBMigra, 2022. (Série Migrações).

LAMRANI, Salim. *The economic war against Cuba: a historical and legal perspective on the U.S. blockade*. New York: Monthly Review Press, 2013.

MACHADO, Igor José de Renó. Kinship and differentialities: alternatives to identity and to ethnic frontiers in the study of migrations. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 220-235, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1809-43412011000200010>.

MARTIN, Susan.; WEERASINGHE, Sanjula; TAYLOR, Abbie. (ed.). *Humanitarian crises and migration: causes, consequences and responses*. New York: Routledge, 2014.

McADAM, Jane. Conceptualizing 'crisis migration'. *UNSW Law Research Paper*, Sydney, p. 1-20, 2013. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2232519](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2232519). Acesso em: 10 fev. 2025.

MCAULIFFE, Marie; OUCHO, Linda Adhiambo (ed.). *World Migration Report 2024*. Geneva: International Organization for Migration (IOM), 2024. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2024-05/world-migration-report-2024.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MENA, Natalia Moraes. As respostas extra-territoriais dos Estados latino-americanos face à migração transnacional. *Migrações*, Lisboa, n. 5, p. 37-52, 2009.

MOREIRA, Julia Bertino; BORBA, Janine Hadassa Oliveira Marques. Invertendo o enfoque das "crises migratórias" para as "migrações de crise": uma revisão conceitual no campo das migrações. *REMHU*, Rio de Janeiro, v. 38, p. 1-20, 2021.

PARKER, Emily. *Now I know who my comrades are: voices from the Internet Underground*. New York: Sarah Crichton Books, 2014.

PEREIRA SANTOS, Rhenan. *En cada cuadra un comité, en cada barrio revolución: os CDR e a participação popular na transição socialista em Cuba (1960-1975)*, 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PÉREZ, Juan Orlando. Los que no se echaron a la calle. *El estornudo*, 20 jul.2021. Disponível em: <https://revistaelestornudo.com/cubanos-mo-salieron-a-la-calle-protestas-cuba/>. Acesso em: 14 abr.2025.

RODRÍGUEZ SANTOS, Deborah; COGO, Denise. “La patria somos todos”: trayectorias y disputas narrativas sobre ser emigrante en Cuba. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social Disertaciones*, Rosario, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/disertaciones/a.9489>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SANTOS, Sandro Martins de Almeida. De Cuba ao Brasil: alternativas transfronteiriças de reunião familiar. In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). *Migrações fronteiriças*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 359-367.

SILVA, Uelma Alves da. Cuba e Estados Unidos: crises migratórias. *Revista Em Perspectiva*, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 387-399, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51880?locale=en>. Acesso em: 30 jan.2025.

URRUTIA BARROSO, Lourdes de. Aproximación a un análisis del proceso migratorio cubano. *Papers*, La Habana, v. 52, p. 49-56, 1997. Disponível em: <https://goo.gl/ippAQi>. Acesso em: 13. set. 2024.

\*Minicurrículo da Autora:

**Erika Andrea Bütkofer.** Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (2021). Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC. Pesquisa financiada pela CAPES (Processo nº 88887.838551/2023-00) E-mail: erikabutikofer@gmail.com.

Editor de Seção: Rodrigo Mayer .